

O grande desafio, a grande questão antropológica provocada pelo desenvolvimento científico e tecnológico é só uma: descobrir como a mente humana opera para atribuir um sentido ao mundo e para se sentir bem habitando nele por um tempo seguramente limitado.

Tudo o mais nos será dado por acréscimo.

DANIEL SERRÃO
Faculdade de Medicina
Universidade do Porto

Questões éticas emergentes

Uma leitura teológico-moral da nossa sociedade actual

A formulação do tema que nos foi assignado para desenvolver nesta semana de estudos apresenta-se deliberadamente sobre a forma de «questão», numa referência ao tradicional modo de proceder em teologia desde a idade Média. Trata-se de um perguntar pelo «onde estamos» da actualidade como sociedade de pessoas, tendo em conta um «topos» de sentido que nos é dado pela fé e de exprimir um juízo sobre essa situação no que respeita à vivência moral.

Estamos num ciclo de estudos consagrado aos desafios e respostas para a vida da Igreja e do mundo a um quarto de século do Concílio Vaticano II. A importância deste acontecimento é por demais conhecida, enquanto operou a sintonização do coração da Igreja com o pulsar, por vezes arquejante e arritmado, do mundo deste tempo, em busca de uma cultura mais humana e de uma justiça mais alargada. É sabido como o Concílio olhou com benevolência para o homem moderno no seu atribulado caminho entre a Jerusalém do sonho e a modesta Jericó da difícil realidade: «trata-se de salvar a pessoa do homem e de reinstaurar a sociedade humana... o homem na sua unidade e integridade: corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade» (GS, 3). É sabido ainda como o Concílio propôs uma compreensão das relações entre a graça e o mundo, libertada do extrinsecismo e conduzida ao seu verdadeiro lugar, a saber, a ética como lugar próprio de intervenção da Igreja em favor do homem em sociedade e de discernir na história o lento levedar do Reino. A partir desta perspectiva positiva e crítica, pastoral e solitária queremos analisar alguns aspectos éticos emergentes ou

em desenvolvimento no nosso mundo e particularmente na sociedade portuguesa dos últimos anos de construção da democracia e do desenvolvimento económico e cultural.

1. A ética entre o recuo e a emergência

Caracterizamos a nossa situação actual dizendo que a ética se encontra numa situação simultânea de recuo e de emergência. Vejamos cada um destes aspectos.

1.1. «Crise das evidências éticas comuns»

Quando queremos caracterizar a vivência da moral nas sociedades do nosso mundo ocidental industrializado, temos de ter em conta alguns fenómenos contextuais importantes¹.

Primeiramente, o fenómeno de *secularização* que progressivamente tem invadido as mentalidades e que se manifesta por uma crescente perda de influxo do factor religioso nos comportamentos cívicos e morais. Mais recentemente, vemos que *as ideologias* que num tempo tiveram um grande influxo na mentalidade e na cultura passam por uma crise profunda para não dizer por uma rejeição liminar. A erosão destes factores de unificação de comportamentos leva naturalmente a um *pluralismo* não só de opiniões como de sistemas éticos.

A este facto não é alheio certamente o contexto de consumismo generalizado, consumismo que se estende mesmo às mensagens dos meios de comunicação e aos modelos culturais. Mas a sociedade apresenta contradições de vários géneros: a par do avanço da secularização, vemos avançar formas espúrias de cultos, ritos e seitas religiosas esotéricas; e, a par do esboroar de ideologias e modelos culturais, vemos o crescer de formas de comportamento estereotipado com base na influência dos mass media que exercem um grande poder uniformizador, para não dizer manipulador.

Todo este complexo de factores tem como consequência o que os autores costumam chamar «uma crise das evidências éticas comuns». Segundo E. Berti, a expressão quer dizer «o desaparecer da evidência para todos de alguns grandes valores ou de algumas precisas hierarquias de valores que tinham dominado as épocas precedentes: a religião, a pátria, a família, as instituições em geral,

¹ Para esta caracterização, ver o volume de colaboração: *Etica oggi: comportamenti collettivi e modelli culturali*, Padova 1989.

a autoridade, o trabalho, o espírito de sacrifício, etc»². Podemos dizer que até ao dealbar do nosso século, estas «evidências éticas comuns» foram as do cristianismo, mesmo para os pensadores laicos da modernidade que, em geral, mais não fizeram do que construir uma moral de conteúdo cristão restricta aos limites da razão humana.

Na actualidade, as coisas passam-se de modo diverso. Já não existe unanimidade na consideração de problemas éticos mesmo importantes. Podemos dar como exemplo as acesas discussões sobre a questão e a legislação do aborto, da eutanásia, dos limites da manipulação genética, sobre o divórcio, sobre a aula de religião nas escolas, sobre o pluralismo nos meios de comunicação, sobre a questão da paz e do pacifismo em que basta abrimos os jornais para vermos uma pluralidade de pontos de vista que transpõe as fronteiras do equívoco. Mesmo quanto ao conceito de democracia e de instituições democráticas, ainda que pareça existir um ethos comum, não parece que o acordo seja muito alargado quanto aos fundamentos profundos, aos pressupostos antropológicos e às grandes metas da vida social e do bem comum.

1.2. Aspectos em que emerge uma nova necessidade de ética

Olhando as coisas desde perspectiva mais restricta, podemos constatar, no contexto de acelerada mudança cultural que caracteriza a nossa sociedade, o surgir de novos factores (ou de factores antigos com uma acuidade nova) que colocam a questão ética na ribalta da opinião pública e na urgência da reflexão e de opções éticas inadiáveis. Vejamos alguns desses factores.

1.2.1. Em primeiro lugar, no que se refere à *economia*. Quanto a este aspecto, evocando rapidamente algumas análises da actual sociedade portuguesa constatamos que se apresenta caracterizada pelo aspecto da mudança³. Uma mudança que se refere a um processo de modernização sempre prisioneiro das tradicionais assimetrias do país: no litoral, uma segunda revolução industrial; no interior, o despertar de algumas indústrias e a modernização de uma agricultura que se mantinha em grande parte no nível da

² E. BERTI, *La riscoperta delle etica nella società pluralistica* in *Etica oggi*, 14. Os sublinhados vêm no texto.

³ Ver: A. TELXEIRA FERNANDES, *A sociedade em processo de modernização. Características, tendências e contradições*, in *Hum Teol* 11 (1990) 3-30.

subsistência. A integração na CEE tem como consequência a penetração de interesses exteriores na economia portuguesa e assim, a perda de autonomia e o receio em relação a quem vai deter e hegemonia no futuro. Estas condições em que se tem operado a industrialização em Portugal, desde o século XIX, deram origem ao que se chama uma economia dual com os correspondentes efeitos sociais: emigração, crises cíclicas das empresas e desemprego consequente, instabilidade das famílias. A custo esta situação tem sido abordada pelo poder político. Escreve A. Teixeira Fernandes: «Esta economia dual, permitindo a existência contemporânea de dois sistemas — um fundado na industrialização, outro ligado a actividades de subsistência — é igualmente responsável por uma sociedade dual. Diferenciam-se os géneros e os estilos de vida, opõem-se as visões do mundo, contrastam-se os universos simbólicos»⁴. Este estado de coisas caracterizado por uma internacionalização da economia vem colocar um problema: por um lado, uma urgente intervenção da política na economia, mas, por outro lado, uma cada vez maior dependência por parte do estado em relação a outros factores estranhos que ditam as opções económicas. Além deste aspecto existem ainda outros, talvez menos específicos para a sociedade portuguesa, mas igualmente pertinentes para a ética. Uma vez superadas as ideologias que tradicionalmente disputaram a compreensão das questões económicas, estas podem ser repensadas com serenidade no interior do espaço ético que as tem de informar. Com efeito, aumentou muito a produtividade e a quantidade de produtos produzidos mas nem por isso cresceu a distribuição equitativa pela totalidade dos cidadãos e das nações, tanto actuais como futuras. Antes, a questão da justiça, tendo alargado as fronteiras da sua realização para o mundo todo, impõe-se na actualidade com uma pertinência nunca vista.

A este propósito, lembramos aqui um estudo publicado em 1990 pela *Comissão Nacional Justiça e Paz*,⁵ sobre algumas implicações das mudanças na sociedade portuguesa. «No espaço da vida pessoal e colectiva, na esfera privada e pública, nas condições materiais e no âmbito das relações sociais, no tempo de trabalho e de lazer, nos valores e nos critérios de conduta, estão ocorrendo mudanças significativas que não se circunscrevem a

⁴ A. TEIXEIRA FERNANDES, *A sociedade*, 6.

⁵ COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ, *Solidários na construção de uma sociedade mais humana*, s. 1., 1990.

meras evoluções, assimiláveis no decurso do tempo, mas são, antes, transformações rápidas e profundas, que deixam marcas de ruptura, comportam mudanças de natureza qualitativa e fazem mesmo emergir realidades novas»⁶. São alvo de análise vários aspectos, como o trabalho e o emprego, a habitação e a saúde, as desigualdades sociais, a situação dos trabalhadores rurais empobrecidos, a exclusão social e a nova pobreza e ainda as potencialidades e riscos da integração na CEE. Colocando-se na perspectiva evangelizadora que segundo o ensinamento social da Igreja inclui a acção pela justiça, o texto (a que faremos ainda referência em quanto segue) quer ser um contributo para a construção solidária de uma sociedade mais justa. Apesar de se apresentar de um modo um tanto unilateralmente negativo, não deixa de pôr em evidência aspectos (como a habitação, a alimentação e a assistência) que têm uma relação evidente com a vida moral pessoal e com a deficiente realização da justiça social.

1.2.2. Outro aspecto em que a necessidade de um reforço da ética aparece evidente é no *campo da ciência e da tecnologia*.

A produção e detenção de conhecimentos constitui um dos pontos sensíveis das sociedades modernas. É fundamental no domínio económico em ordem à competitividade e produtividade dentro de um contexto de feroz concorrência.

No domínio político, por sua vez, a detenção de conhecimentos e meios técnicos torna-se cada vez mais uma fonte de poder e de domínio de uns grupos sobre os outros e de uns povos sobre os outros. É no domínio sobre os saberes que se situa cada vez mais a zona crítica da conflitividade social e não já tanto na luta de classes.

Do ponto de vista cultural, podemos notar como os saberes humanísticos, fundamentais para uma vida humana, são relegados para um plano inferior em relação aos conhecimentos estritamente técnicos, esses, no novo conceito, verdadeiramente necessários e produtivos.

Paradoxalmente, este desenvolvimento da ciência e da técnica coloca-se como um domínio em que a questão ética se tornou de uma aquidade insofismável. Isto sobretudo no que toca às ciências da vida que ultimamente, mesmo em Portugal, viram aumentar muito as suas possibilidades de intervenção tanto sobre o homem como sobre os outros viventes. É sabido como se pode intervir no processo da reprodução humana com capacidade de experimentação

⁶ *Ibid.*, 5.

e manipulação de embriões humanos, predeterminação do sexo e outras características dos nascituros e assim por diante. E ainda mais do que isso, sabemos como vai ser possível intervir no património genético humano (a chamada engenharia genética), com o risco de o fazer de forma indiscriminada e de realizar um tipo de homem planificado. De qualquer maneira, existe um consenso sempre mais alargado de que uma reflexão ética sobre esta matéria é urgente, até porque a reflexão tradicional se encontra bastante desguarnecida em relação a problemas tão novos.

1.2.3. Um terceiro campo em que emerge uma crescente necessidade de ética é na *ecologia*. Esta questão nasce como sabemos do uso cada vez mais acentuado dos recursos naturais, a ponto de atingir um limite em que muitos deles já não são renováveis e de, assim, tornar inabitável a terra. Nasce também da manipulação genética das espécies animais e vegetais com riscos hipotéticos para toda a humanidade. A ética aqui mostra-se como orientadora ou inventora do critério segundo o qual usar os recursos do meio ambiente, tendo em conta o bem da humanidade actual e futura.

Porém, esta questão encontra-se com outra. De facto, o factor que põe em causa o equilíbrio ecológico é o desenvolvimento económico, o qual, por sua vez, se mostra como absolutamente necessário para vir em socorro de ingentes multidões humanas que vivem na maior indigência. Daí que se torna necessário conjugar os dois factores segundo princípios éticos coerentes e orientados para o bem comum.

1.2.4. Outras questões são as que estão relacionadas com as mudanças no *trabalho e no lazer*. Nas sociedades de economia tradicional não havia descontinuidade entre trabalho e lazer. Não havia também a separação entre a pessoa e os objectos que produzia na sua totalidade. Com a revolução industrial as coisas mudaram. Nasceu a separação entre trabalho e lazer, nasceu a especialização e a pessoa que trabalha perdeu o controlo sobre todas as fases da produção. Este processo complexo tem crescido sempre até aos nossos dias. Por outro lado, a divisão entre as fases da produção não serve somente à produtividade mas também à dominação. A especialização progressiva exige um conhecimento científico-técnico que tem ocasionado mudanças culturais assinaláveis.

Por seu lado a automação imparável tem feito aumentar em geral o tempo libertado e introduzido o vazio no sentido do trabalho e criado uma questão de solidariedade, uma vez que a actividade de

uma minoria hiperespecializada pode vir a coexistir com uma maioria desempregada. Visto de outro modo, enquanto perde em humanidade (em proveito da abstracção), o trabalho cresce em proventos económicos o que faz aumentar o consumismo e a privatização progressiva da parte propriamente humana da vida do trabalhador.

Além da já aludida questão da solidariedade, a automação põe em causa a capacidade para gerir o tempo livre que, ao que tudo leva a crer, tenderá a aumentar, com os consequentes perigos de marginalidade e evasão associal.

De uma forma geral, lembra o citado documento da Comissão Nacional Justiça e Paz, o trabalho na sociedade portuguesa é uma questão mal resolvida. Por várias razões: por ser excessivamente mercantalizado (colocando à margem a dignidade da pessoa que trabalha) fazendo dele somente mão-de-obra se subordinando-o ao capital; pelos baixos salários praticados em vários sectores de actividade originando a pobreza de muitas famílias (baixos salários muitas vezes em proveito da concorrência internacional); pelo recurso abusivo por parte de muitas empresas à subcontratação com a consequente perda de regalias das pessoas que trabalham; enfim, pelo abuso dos contratos a prazo, pelo mercado negro do trabalho mal pago. Caberia ainda recordar as situações gritantes do trabalho infantil explorado, da discriminação da mulher em concursos para empregos compatíveis.

Esta situação tem consequências graves no que se refere às condições de vida de largos sectores da população, no que se refere à habitação condigna, à constituição de família, à alimentação, à desigualdade social crescente.

1.2.5. Um último aspecto que mostra um interesse crescente pela questão moral é o facto de as questões morais terem ganho uma grande relevância nos mass media. De facto, tanto a imprensa como a rádio e a televisão dão uma grande atenção, através de notícias, artigos e debates, às questões de natureza ética, como o aborto, a eutanásia, a moral da sexualidade, a economia, o desenvolvimento e o Terceiro Mundo. Os documentos emanados pela Igreja fazem parte das coisas a que se dá atenção, pelo menos na altura em que são divulgados; a opinião de peritos em moral, mormente dos da Igreja, é pedida com grande e crescente frequência. As notícias sobre os desastres ecológicos, como o recente no Golfo Pérsico, sobre os progressos na reprodução humana assistida e as novas fronteiras da engenharia genética são alvo de grande relevo. Outras

questões, como o crescimento do planeamento familiar, a difusão e a precaução do SIDA, a pornografia e a violência sexual são também versadas com uma certa sofreguidão não só por jornais especializados na exploração da anormalidade, mas nos media em geral. Podemos ainda referir neste contexto, a larga atenção dada a outros aspectos que mostram uma necessidade de ética como seja o proliferar de acções de voluntariado em instituições de assistência e a redação de numerosas «cartas» de direitos (da criança, da família, do deficiente, etc.), a recente constituição de uma comissão nacional de bioética e de muitas comissões de ética em hospitais e outras instituições de assistência.

A sociedade actual é perpassada de dinamismos contraditórios no que se refere à nossa questão inicial; por um lado, constatamos um desaparecimento do que chamámos «evidências éticas comuns». Por outro lado, encontramos vários sectores da vida social em que uma nova necessidade de ética se impõe. Como proceder para fazer luz sobre esta situação? Que proposta fazer por parte da Igreja e por parte da sua teologia moral?

Um caminho pode pôr-se diante do horizonte, o qual, em linhas simplistas pode soar deste modo: uma vez que existe uma grande procura moral por parte de sectores importantes da sociedade, é oportuno propor sem demora uma ordem moral de normas seguras e claras, dentro de um horizonte que se serve de uma patética da sobrevivência da humanidade, quando não a um certo triunfalismo eclesial. Mas de toda a evidência este caminho não serve a uma cultura habituada a amortecer todas as mensagens e todos os desastres. Oportuno e necessário parece um trabalho prévio de discernimento. É isso que passamos a fazer seguidamente.

2. As raízes da problemática actual

Porque é que desapareceram «as evidências éticas comuns» e porque é que a procura ética não é de signo unívoco mas ambíguo?

2.1. O esboroamento do património ético da modernidade

Um caminho para fazermos luz sobre a situação de fragmentação, por um lado, e de ambiguidade, por outro, de que vimos atravessada a situação ética do nosso tempo e da nossa sociedade é admitirmos que se passa um fenómeno que G. De Rita, numa análise sociológica

sobre a sociedade italiana, chama de «extenuação do antigo património ético» e de «alheamento no que se refere à esfera do 'simbólico'»⁷.

Esta extenuação mostra-se relativamente ao papel cada vez mais diminuto das ideologias políticas e económicas em mobilizar as pessoas. Tornou-se evidente que são «ideológicas», que não respeitam a totalidade do humano e portanto não abrem o sentido à pessoa e à sociedade. Fazem apelo a uma racionalidade vaga que não convence mais ninguém pois não dá acesso ao simbólico. São imanentistas no pior sentido pois impedem a reunião do homem consigo, com os outros e com o mundo.

A própria Igreja experimenta agudamente a incapacidade da sua teologia moral tradicional de mobilizar os cristãos em relação a realidades que são fundamentais. Veja-se, por exemplo, o que se refere à afirmação do valor da vida de forma positiva numa sociedade abortista e que se prepara para legislar o «direito» de morrer. Veja-se a dificuldade em fazer passar uma ética da sexualidade perante os padrões de vivência sempre mais afastados por relação aos princípios tradicionais. Veja-se a questão do matrimónio e do divórcio como é difícil de propor às pessoas. De certo modo a nossa racionalidade moral parece desaptada para abrir as pessoas ao sentido da vida, ao valor do amor, à liberdade para uma promessa definitiva, ao aspecto positivo do sofrimento e da morte.

É difícil uma ética que fale uma só língua também por um fenómeno de diversificação dos grupos na sociedade da «especialização». Cada grupo tende a ver as coisas pelo prisma da sua própria razão parcial e vemos aparecer a ética do ecologista, do sindicalista, do empresário, do profissional de saúde e assim por diante. Não raro entram em conflito ou em forte tensão como é o caso de políticos e empresários ou políticos e ecologistas, ou pacifistas de diversas proveniências. Nesta fragmentação é difícil haver uma razão ética que faça a unidade. Em certo modo, assistimos na Igreja a um fenómeno paralelo quando vemos proliferarem grupos de espiritualidade especializada, mas na prática difíceis de congregar à volta de uma razão comum.

Podemos dizer, generalizando um pouco, é certo, que esta situação de esboroamento de um património ético comum e unificador é um ponto de chegada lógico do pensamento ético da modernidade, o qual partiu (com Descartes) da afirmação da subjectividade, chegou (em Kant) à constituição do sujeito como fundamento da

⁷ G. DE RITA, *Comportamenti e valori morali nella società italiana*, in *Etica oggi*, 83-100. As expressões encontram-se na p. 85.

moral, mas nunca logrou incluir de uma forma correcta e satisfatória a alteridade e a sociedade nesta fundamentação subjectiva. Houve certamente tentativas de realizar essa inclusão da alteridade e da sociedade na fundamentação da ética, como foi o marxismo, mas que não conseguiram melhores resultados, como está à vista de todos. O que de facto prevaleceu foi o individualismo que chegou ao seu extremo paradoxal na exclamação de J. P. Sartre segundo a qual «o inferno são os outros» ou a realizar esse princípio de forma bem trágica no Gulag, em Aushwitz ou em muitos outros lugares bem à vista de todos, ou então no individualismo desenfreado próprio dos sistemas liberais, cuja voracidade é também de todos conhecida.

Estamos então num estado de coisas em que a ética não desempenha a sua função «simbólica», quer dizer de reunir as pessoas num projecto social de vida sensata e correcta. E daí que abundem as formas de pensar dualistas, aquelas que distinguem com clareza bem e mal e os apontam tanto na Igreja como na sociedade; que abundem outras formas de pensar que pelo contrário não distinguem coisa nenhuma. Uma coisa e outra são visíveis nos meios de comunicação social que são uma espécie de hipermercados próprios da sociedade consumista que contém informações para todos e mensagens para ninguém, pura matéria estética informe para os olhos e os ouvidos. Enfim uma cultura do narcisismo generalizado, com o sujeito no centro, amorfo no meio de mil rampas de sedução de todo o género.

2.2. Tentativa de aplicação ao caso da sociedade portuguesa

Tentando concretizar um pouco na sociedade portuguesa, podemos perguntar como se apresentam as coisas no contexto da modernidade no que se refere à construção da vida cívica. Doutro modo: como desempenhou a ética a sua função de construir a convivência cívica e a utopia-cultural na sociedade portuguesa durante a Idade Moderna? Sabemos bem a ousadia da pergunta e mais não queremos do que dar alguns acenos.

Em primeiro lugar, dizemos que Portugal ocupou sempre um lugar periférico em relação à cultura centro-europeia onde a mentalidade moderna nasceu e cresceu. A afirmação é verdadeira apesar de no século XV, com os chamados descobrimentos, termos estado na primeira linha da construção daquilo que devia ter sido a modernidade: um projecto universalista, de encontro e convivência de culturas no respeito mútuo e na aprendizagem dos valores

recíprocos. Depressa infelizmente a cobiça roeu um projecto que, uma vez tornado imperial, havia de ser um pesadelo para a sociedade portuguesa. De certo modo, podemos dizer que fomos os primeiros a inventar a modernidade como projecto cultural e os primeiros também que lhe sofreram as consequências sob a forma de deriva e fragmentação que nos deixou, no dizer do poeta, na situação de quem, como sociedade, «tivesse buscado o seu próprio rosto e o errasse». Em geral, os efeitos sucessivos dessa modernidade chegaram sempre a Portugal de forma tardia e mesmo assim filtrados por aquela «hiperidentidade» de que tem falado recentemente Eduardo Lourenço⁸, hiperidentidade aliada estranhamente a um complexo de despersonalização (simbolizada nos heterónimos de F. Pessoa) que nos possibilita ser tudo em qualquer parte do mundo.

Do ponto de vista sócio-político, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa chegaram a Portugal com a tentativa de implantar um regime liberal, processo que veio a ocasionar uma guerra fratricida e uma desastrosa questão religiosa. Uma e outra deixaram sequelas no tecido social, tendo a segunda sido reeditada em 1911 e por pouco foi evitada em tempos mais recentes. A nossa classe intelectual do século XIX sentiu vivamente o fascínio da modernidade e acreditou, em A. de Quental, por exemplo, que o sentido da história se tinha revelado na história europeia e, em E. de Queiroz, que o paradigma da cultura era o desenvolvimento científico e tecnológico que então existia na Europa. A partir destes pressupostos, um e outro criticaram a nossa decadência cívica e cultural de forma cáustica. Apesar deste fascínio pela Europa (que depois havia de tornar-se amargo com o ultimato inglês e de virar ressentimento), a sociedade no seu todo nacional manteve-se fiel à sua identidade e menos permeável aos aspectos negativos da modernidade. No dizer de E. Lourenço: «Como a Espanha, circunstâncias na aparência diversa tornaram-nos (a Portugal) imunes, ou mais imunes que os outros, à tentação nihilista, ao espírito de discórdia na ordem política e na ordem cultural que parece consubstancial à Europa moderna»⁹.

Mesmo assim, vemos que o património ético tradicional se mostra incapaz de um projecto unificador da sociedade. Vejamos a discussão sobre a entrada na CEE, atenção que existe em certos sectores da vida nacional como a comunicação social, a educação:

⁸ E. LOURENÇO, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa 1990 (3.ª Ed.), 9-37.22.

⁹ E. LOURENÇO, *Nós e a Europa*, 35.

entre a abulia e a agressividade ideológica parece não haver meio termo. Nestes como noutros aspectos, vêm ao de cima as clivagens culturais que existem entre o pensamento de matriz cristã, o humanismo laico, o laicismo e muitas vezes o cinismo mais elementar do «hoje só há pobres e ricos e salve-se quem puder».

Estamos assim diante de uma situação complexa: um recuo e uma nova emergência de ética. Por um lado, a nostalgia de uma pátria moral ainda não encontrada e sempre buscada; por outro lado, a sensação de que a proposta moral da modernidade não basta totalmente ao nosso tempo.

3. Uma proposta teológico-moral

O desafio que se põe à ética é o pensar-se para uma mentalidade que não é já apenas moderna mas pós-moderna. E esta é caracterizada, quanto ao aspecto moral, por um fenómeno chamado geralmente «privatização».

3.1. *A teologia perante o desafio da privatização da ética*

Em que consiste este desafio da privatização?

Os teóricos da pós-modernidade, nomeadamente G. Vattimo¹⁰ falam de uma «estetização geral da vida» como característica dos nossos tempos. Este fenómeno manifestar-se-ia em três aspectos. Primeiro, num pensamento da fruição, em contraposição com o pensamento funcionalista da modernidade, o qual se mostra como uma vivência do que existe, simplesmente, sem preocupação por buscar um amanhã melhor. Esta busca do amanhã era geralmente guiada por uma ideologia libertária e emancipadora, coisa que hoje claramente não acontece na nossa sociedade. É ver a apatia da juventude, o consumismo mesmo nas classes trabalhadoras. A este aspecto cultural, corresponde uma postura moral que consiste em substituir uma ética de imperativos por uma ética de bens. Todos sabemos a dificuldade em explicar a uma pessoa que está «bem» com um segundo marido ou uma segunda esposa onde é que está o problema moral da situação, e assim por diante.

Em segundo lugar, o fenómeno manifesta-se num pensamento «de contaminação», isto é, de abertura aos diversos jogos de

¹⁰ G. VATTIMO, *El fin de la modernidad*, Barcelona 1986; sobre este ponto, cf. J. M. MARDONES, *Postmodernidad y cristianismo. El desafío del fragmento*, Santander 1988, 59-64.

linguagem presentes na cultura actual, como os mass media, a ciência, a técnica, a arte, rompendo com o já instituído, com o «método» (em favor do «êxodo»). Do ponto de vista ético, este aspecto mostra-se como uma vida sempre inaugural e, assim, por uma incompreensão de toda norma moral que venha da tradição, que represente a sabedoria moral dos antepassados, que seja caminho de realização pessoal, que dê acesso a uma vida mais plena.

Em terceiro lugar, o fenómeno manifesta-se por um repensamento do mundo e da técnica moderna, o que na prática se traduz por um inverter de caminho por parte de um sujeito que se buscou a si mesmo através da objectivização e domínio técnico do mundo, renunciando precisamente a esse domínio racionista e industrial, abandonando-se à esta subjectividade dominadora por uma outra de qualidade superior. Em vez de passividade, esta postura é apresentada como uma forma de resistência ao caminho moderno do crescimento, do desenvolvimento, do humanismo objectivizador e tecnocrático.

Será que esta forma de pensar se reduz a um cinismo de sociedades avançadas, materialistas e consumistas ou de facto se trata do resultado lógico de quanto vimos anteriormente e, portanto, é com este elemento que temos de contar para construir uma proposta moral? Até melhor prova, parece que é com esta mentalidade que temos de contar para evangelizar a nossa sociedade.

3.2. *Valores onde apoiar a proposta teológico-moral*

Podemos então apontar algumas direcções de valor sobre as quais assentar uma ética evangelizadora? Vejamos então essas direcções.

3.2.1. A primeira direcção que apontamos tem a ver precisamente a recusa do conceito iluminista de história, vista como linearidade e portanto como progresso ilimitado, domínio ilimitado, e como dialéctica de uma falsa esperança de resolver mecanicamente todas as contradições da vida humana. Esta recusa dos grandes relatos emancipatórios, contando que não levada a um cepticismo exagerado como o fazem alguns cultores da pós-modernidade, está aberta a um conceito de história que recupera um elemento da visão grega do eterno retorno e dá um modelo novo que podemos representar sob a forma de espiral. A espiral ergue-se de um ponto focal e, sem jamais se afastar do seu centro, gira incessantemente sobre si

mesma, num ser sempre antiga e sempre nova e sempre aproximando-se do seu ponto de origem. Sem fácil acomodação, cremos que este é um dos mais importantes conceitos bíblicos de história. Cremos que este conceito de história não iluminista está perfilhado na encíclica social «Sollicitudo rei socialis»¹¹ como crítica do actual mundo injusto.

Vemos, por outro lado, que este aspecto da cultura está aberto a um discurso ético do carácter cristocêntrico: Cristo é o Senhor da história enquanto glorificado na sua perdurável morte, como tentámos mostrar noutra lugar¹², um senhorio não triunfalista mas dador de vida, precursor e companheiro da humanidade no seu lento e misterioso caminhar em liberdade falível e pecadora. A história não vai para lado nenhum pois ela move-se na eterna presença do Senhor glorificado. Cremos que este modo de apresentar a escatologia cristã é mais conforme com a Escritura. Cristo não é pois o fundamento da moral cristã (sentido metafísico) mas o precursor e o acompanhante do homem, no seu caminhar de pessoa e sociedade.

3.2.2. A nossa cultura roda em torno do sujeito. Vimos que é o ponto de chegada do trabalhado caminho moral da modernidade, em muitos pontos um caminho equívoco. Mas ainda aqui temos um valor a aproveitar.

Primeiro cremos que se apresenta como válido o ponto de partida da modernidade, a centralidade antropológica, e mais precisamente o caminho de Descartes que parte da ideia de infinito presente no sujeito. Mas só o ponto de partida, pois o percurso será muito diferente. Referimo-nos por exemplo ao caminho percorrido por E. Levinas¹³ que, partindo da mesma ideia, chega a constatar o advento do sujeito, não pelo caminho errado de afirmar unilateralmente o indivíduo até bater as asas no vazio, mas precisamente pelo investimento originário da responsabilidade: Levinas leva a sério a raíz da palavra sujeito (sub-jectum), quer dizer que o indivíduo chega à subjectividade colocando-se como refém dos outros, em condições que não podemos de todo desenvolver aqui. Trata-se de qualquer modo de dar conta da experiência moral como desejo de reconhecimento da parte do sujeito, o qual encontra esse reconhecimento

¹¹ Cf. A. PINHO, *Leitura teológica da encíclica «Sollicitudo rei socialis»*, in *Hum Teol* 10 (1989) 5-21, 7s.

¹² Cf. J. CUNHA, *O evento do Filho — advento do homem. A relação do homem a Cristo pascal fonte da ética na obra de E.-X. Durrwell*, Porto 1989, 43-62.

¹³ Cf. G. VENDRAME, *Il problema morale oggi*, in T. GOFFI - G. PIANA (Ed.), *Corso di morale. I. Vita nuova in Cristo*, Brescia 1983, 15-37.

numa reciprocidade de relações que não são apenas as do Eu-Tu mas incluem o reconhecimento comunitário e social de forma igualmente originária. Como sabemos, a intuição de Levinas é a de que a ética é a «filosofia primeira», quer dizer que é ela que preside não só à origem do sujeito mas também ao conhecimento que não tem a ver com o «mét-odo», mas com o «ê-xodo», que não leva à metafísica totalizante e totalitária, nem à cultura massificadora.

Este caminho é apto a colher o dado disponível da cultura pós-moderna que é a privatização da ética, mas a conduzi-lo num sentido positivo: a ética começa no sujeito (não pode ser de outro modo), não no esquema do individualismo, mas no caminho do reconhecimento recíproco. Em conformidade com o nosso primeiro dado, Cristo, o Último Homem é aquele em quem todos, em último caso se reconhecem e em quem encontram reconhecimento, finalmente, aqueles a quem a nossa história infirma o negou. Somos talvez nós que temos o privilégio de colher os frutos autênticos do ponto de partida antropocêntrico da modernidade.

Este caminho mostra-se como uma crítica radical do projecto moderno individualista e da civilização tecnocêntrica e da economia burguesa geradora de injustiça estrutural. Põe por terra a pretensão das sociedades avançadas pois coloca o desenvolvimento num paradigma humano diante do qual todas estão a caminho sem ver ainda o fim. Enquanto houver um só homem ou um povo que não seja reconhecido, nenhum homem ou nenhum povo podem considerar-se desenvolvidos ou respeitadores dos «Direitos Humanos».

Podemos ainda observar que nunca a ética cristã, baseada na abertura ao grande Outro (alter) do homem que é Cristo, foi tão actual como nos nossos tempos, que em alguns aspectos se encontra com o ambiente do Império Romano que viu nascer o cristianismo. Precisamente como nessa altura, não se tratará agora de propor um caminho triunfalista. Tratar-se-á, precisamente como nos tempos primigénios da evangelização, de uma grande fidelidade ao Espírito de vida em Cristo Jesus, para, em grande compaixão com o nosso mundo, exercer uma profunda «diakonia»: dar o homem ao homem, retirá-lo do atoleiro da era do vazio, propondo-lhe um sentido para a vida pessoal e social, um sentido que está precisamente no rosto de Cristo pascal, o Homem que precede o homem, o Outro que a nossa cultura não tem e que busca equivocada nas experiências da sua subjectividade impotente.

Ainda uma observação sobre os Direitos Humanos. A caridade, elemento central da nossa moral, reveste-se de um carácter originariamente político e tem de crescer sob a forma do que nós hoje chamamos

reconhecimento dos deveres/direitos humanos. É esta precisamente a mediação mais importante que a teologia tem feito sua nos últimos tempos para evangelizar o social, retomando um dado da modernidade, não sem evidentemente o enquadrar numa ética que simultaneamente o absolutiza e o relativiza. Os direitos humanos são absolutos enquanto corporizam a dignidade humana, mas são perfeccionáveis enquanto formulação histórica e situada dessa dignidade humana sempre não totalmente formulável nem esgotável.

3.2.3. O pensamento moderno é um pensamento da contaminação, isto é, aberto aos diversos registos de linguagem e aos diversos ethos. Aponta-se aqui uma direcção para a democracia pluralista e participativa no reconhecimento recíproco e não no nivelamento esvaziador. De facto, uma certa concepção laica da democracia, largamente visível no nosso quotidiano, concebe a convivência democrática como um nivelamento por baixo, como um igualitarismo razante em que as convicções mais importantes como são as convicções religiosas não têm nenhuma relevância cívica e devem portanto ser mantidas no âmbito estritamente privado (ao menos as convicções cristãs). É uma concepção equívoca de pluralismo. Neste ponto, há muito que a teologia e a Doutrina Social da Igreja se anteciparam ao pensamento pós-moderno ao conceberem o pluralismo precisamente como o reconhecimento recíproco das consciências e da sua riqueza e não como o contrário do pensamento moderno e laico. Este elemento tem inúmeras concretizações em debates públicos e sobretudo para pôr problemas como o respeito pela liberdade religiosa e liberdade de consciência em problemas como a aula de religião na escola estatal, na existência de meios de comunicação nacionais regidos por confissões religiosas, na teologia da paz e em muitos outros.

3.2.4. Na nossa cultura actual está crescendo então uma ética de responsabilidade. A desilusão em relação às ideologias e às grandes narrativas emancipadoras veio dar um grande sentido de que a história está sobre os nossos ombros. A terra prometida é a nossa própria história, entramos nela na medida em que vivemos responsabilmente a nossa vida quotidiana. De certo modo só agora se tornou real a proclamação por Kant e Max Weber de uma ética da responsabilidade, diferente como sabemos de uma ética de convicção ou de intenção.

Podemos dizer que a insistência do Concílio Vaticano II na responsabilidade, na consciência e no discernimento como realidades

fundamentais da vida moral de todos os membros do povo de Deus se encontra com esta direcção da cultura contemporânea. Cremos que as virtualidades do Concílio no que se refere a propor uma moral de bens ou de valores (como faz por exemplo na Parte II da Constituição «Gaudium et Spes») em vez de uma ética de imperativos ainda não deu todos os frutos na nossa teologia moral e na nossa pregação.

E afirmamos ainda que o aspecto da moral cristã de ser uma moral da bem-aventurança e não uma moral do eudaimonismo escatológico encontra aqui também uma grande possibilidade de ser recebida pela nossa sociedade e cultura.

Poderá objectar-se que se trata de uma visão demasiado optimista das virtualidades da nossa sociedade e da nossa cultura, em contraste com a impressão geral de que o mundo está a arder e os cidadãos estão apáticos. Os fenómenos do consumismo, do abstencionismo, do esteticismo, do contrato débil parecem desmentir o que fica dito e em certa forma desmentem, pelo menos a quem se contentar com uma leitura culturista. Há porém uma forma de fixismo em teologia moral que consiste em não encarar as coisas como elas são à partida, e, portanto, não ver nada de bom nem digno de ser aproveitado como ethos disponível. Essa visão parte do falso pressuposto de que a perfeição está atrás de nós, de que o mundo já foi bom e se está sempre afastando da sua perfeição. Essa não é certamente uma postura Cristã. Cristo, o homem que precede o homem, é o centro profundo da história, pura presença e pura interioridade ao nosso quotidiano disperso e injusto. À teologia compete abrir o quotidiano doloroso à mediação dessa presença até que a morte nos introduza de vez no coração deste mundo.

JORGE T. DA CUNHA